



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0387/14	<b>DATA:</b> 22/04/2014	
<b>LOCAL:</b> Plenário 5 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 15h08min	<b>TÉRMINO:</b> 18h40min	<b>PÁGINAS:</b> 65

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO**

Votação do parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 8.035-B, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, bem como dos destaques apresentados à matéria.

**OBSERVAÇÕES**

Houve manifestações na plateia e tumultos no plenário no decorrer da reunião.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 48ª Reunião da Comissão...

*(Manifestação das galerias.)*

Por favor, vamos começar logo, porque, como vocês sabem, na hora em que a luzinha piscar aqui, nós paramos. Então, nós somos prisioneiros legítimos do piscar dessa lâmpada. O que for até ela, vai; o que não for, é interrompido. Então, por favor!

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 48ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Ata.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da Ata da nº 47 reunião, realizada em 9 de abril de 2014. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, a gente pede dispensa da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Eu peço leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Eu defendo a leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. mantém o pedido de leitura?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Mantenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado, poderia lê-la para nós?

A leitura da ata será feita pelo nosso Relator, Angelo Vanhoni. Por favor, proceda à leitura. Peço silêncio e atenção a todos.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Boa tarde, Srs. Deputados, senhores convidados, Sras. Deputadas:

*“54ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa.*



*Ata da 47a. reunião ordinária, realizada em 9 de abril de 2014.*

*Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia nove de abril de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências", no Anexo II, Plenário 01 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados Lelo Coimbra - Presidente; Nelson Marchezan Junior e Alex Canziani - Vice-Presidentes; Angelo Vanhoni - Relator; Alice Portugal, Antônio Roberto, Dr. Ubiali, Eduardo Barbosa, Efraim Filho, Fátima Bezerra, Gabriel Chalita, Izalci, Margarida Salomão, Newton Lima, Nilson Pinto, Pastor Eurico, Pastor Marco Feliciano, Paulo Freire, Paulo Rubem Santiago, Professor Setimo, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raul Henry, Stefano Aguiar e Waldir Maranhão - Titulares; André Figueiredo, Antonio Bulhões, Artur Bruno, Chico Lopes, Esperidião Amin, Gastão Vieira, Iara Bernardi, Ivan Valente, Jean Wyllys, Leopoldo Meyer, Manoel Junior, Marcos Rogério, Pedro Chaves, Pedro Uczai, Ronaldo Fonseca e Stepan Nercessian - Suplentes. Compareceram também os Deputados Andre Moura, Eros Biondini, Félix Mendonça Júnior, Givaldo Carimbão, Gladson Cameli, Gustavo Petta, Jefferson Campos, Júnior Coimbra, Leonardo Picciani, Oziel Oliveira, Ronaldo Benedet, Sandro Mabel e Vilmar Rocha, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados José Linhares e Renan Filho. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 46ª reunião, realizada no dia 08 de abril de 2014. Em votação, a Ata foi aprovada. Passou-se à apreciação da pauta constante da Ordem do Dia. Votação do parecer do Relator, Deputado Angelo Vanhoni, à seguinte proposição sujeita à apreciação do Plenário: Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 8.035-B/10, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. PARECER: Pela não implicação orçamentária e financeira; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, à exceção da estratégia 20.11; e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo, com alterações. Vista conjunta aos Deputados Alessandro Molon, André Figueiredo, Antonio Bulhões, Antônio Roberto, Artur Bruno, Dr. Ubiali, Eduardo Barbosa, Efraim Filho, Esperidião Amin, Fátima Bezerra, Iara Bernardi, Ivan Valente, Izalci, Júnior Coimbra, Marcos Rogério, Margarida*



Salomão, Newton Lima, Pastor Eurico, Paulo Freire, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renan Filho e Stefano Aguiar, em 19/03/2014. Discussão iniciada em 02/04/2014 e encerrada em 08/04/2014. O Deputado Angelo Vanhoni apresentou Complementação de Voto ao Parecer inicial, nos seguintes termos: 1º) no Projeto de Lei, rejeitar o inciso III do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal e retornar, em seu lugar, o inciso III do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados; 2º) aprovar o caput do art. 4º do Substitutivo do Senado Federal e restabelecer o parágrafo único do art. 4º do texto da Câmara dos Deputados, que foi suprimido pelo Substitutivo do Senado Federal; 3º) aprovar o inciso IV do art. 5º do Substitutivo do Senado Federal no Anexo; 4º) Meta 7 - suprimir a Estratégia 7.36 do Substitutivo do Senado Federal; 5º) Meta 20 - rejeitar as Estratégias 20.6, 20.7 e 20.8 do Substitutivo do Senado Federal, restabelecendo, em seu lugar, as Estratégias 20.6, 20.7 e 20.8 do texto da Câmara dos Deputados; 6º) restabelecer a Estratégia 20.10 do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, remunerando-se as demais. Manifestaram-se os Deputados: Alex Canziani, Marcos Rogério, Paulo Rubem Santiago, Fátima Bezerra, Professora Dorinha Seabra Rezende, Gabriel Chalita, Alice Portugal e Newton Lima. O Presidente declarou o encerramento do prazo para apresentação de destaques e determinou à Secretaria que distribuísse aos Parlamentares cópias da planilha dos referidos requerimentos. Feito isso, diante das alterações realizadas pelo Relator, o Presidente, dirigindo-se aos autores dos destaques, orientou a retirada dos requerimentos atendidos pela Complementação de Voto. O Presidente aquiesceu ao pedido do Deputado Paulo Freire, que deu apresentação do seu voto em separado, que foi lido pelo Deputado Ronaldo Fonseca. Em votação, foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de votação do Parecer do Relator pelo processo nominal, de autoria do Deputado Pastor Marco Feliciano. Anunciada a votação, fizeram encaminhamentos os Deputados Angelo Vanhoni, Pastor Eurico e Newton Lima. O Deputado Lelo Coimbra esclareceu que a Presidência da Casa tem considerado nulas as decisões tomadas pelas Comissões quando estas coincidem com o funcionamento do plenário. Diante disso, em razão do início da Ordem do Dia do plenário, o Sr. Presidente pôs termo à reunião, às 16h23min. Antes, contudo, anunciou que a próxima reunião dar-se-ia em data a ser oportunamente comunicada, por meio dos e-mails institucionais e também pela divulgação da



*Ordem do Dia das Comissões. Encerramento: E, para constar, eu, Maria Terezinha Donati, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Lelo Coimbra, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado e o arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Em discussão a Ata.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Questão de consulta.

Nas palavras que proferi e que não constaram da Ata, eu citei um encarte que havia no *Jornal da Câmara*, que não foram citadas ali. Por que estou fazendo este questionamento? Porque apareceram reportagens de um dos Deputados aqui presentes nos acusando de que aquilo foi manobra da bancada evangélica, de que aquele encarte foi alguma coisa arquitetada por nós.

Isso nunca existiu. Ali estava um jornal normal da Câmara. Nós fomos até surpreendidos com aquela pesquisa, mas, de repente, apareceram esses comentários. Então, isso nós não aceitamos porque são os telefonemas oficiais que aconteceram aqui na Casa, e este PNE foi o mais discutido.

Deixo bem claro que o nosso posicionamento foi a favor do PNE: educação em primeiro lugar. Não estamos contra isso. O nosso objetivo, a nossa luta foi exatamente em relação a só um dos pontos aí. Nós somos favoráveis à questão da educação. Discutimos a questão de gênero. Essa foi a única colocação que fizemos.

Então, eu gostaria de saber se tem que constar ou não, porque aí vou ter que ver os caminhos.

*(Manifestação das galerias. A nossa luta é todo dia! Contra o machismo, racismo e homofobia!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Informo que a Ata é sucinta. Essa informação consta do áudio, e a sua manifestação, Deputado, constará da próxima Ata, como registro complementar a essa informação.

Não havendo mais quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.



Expediente.

Tenho o registro de que o Deputado Severino Ninho se desligou da Comissão. Ele era suplente no mandato. Ao sair do mandato, ele sai automaticamente da Comissão. Em relação a seu nome, não foi feita nenhuma indicação.

Tenho o registro também de que, embora não tenhamos ainda recebido a indicação formal do Deputado Jair Bolsonaro, ele consta da folha de votação, conforme orientação do seu partido, mas ainda precisamos da indicação formal.

*(Manifestação das galerias.)*

Ordem do Dia.

Na reunião anterior, realizada em 9 de abril de 2014, foi apresentada Complementação de Voto pelo Deputado Angelo Vanhoni e declarado o encerramento de prazo para habilitação dos destaques. O processo de votação foi interrompido pelo início da Ordem do Dia no plenário.

Dando prosseguimento, passemos à apreciação da pauta constante da Ordem do Dia, que prevê: votação do Parecer, com Complementação de Voto, à seguinte proposição, sujeita à apreciação do plenário: Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 8.035-B/10, do Poder Executivo, que “*aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*”.

Nós temos, então, conforme combinado e interrompido na última sessão, face o horário de plenário da Ordem do Dia, a votação, o encaminhamento, a orientação de lideranças e a votação do texto principal do PNE, o texto do Substitutivo, o texto cujo corpo nós vamos votar, sem prejuízo dos destaques.

Assim sendo, nós vamos iniciar o processo de encaminhamento de votação do Parecer do texto principal do PNE.

Dessa forma, passo a palavra, em primeiro lugar, ao Relator, se assim o desejar, para encaminhar a votação do texto principal a ser votado.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas e convidados, para ser bem breve, peço o voto favorável.

O projeto de lei aborda as questões principais e estruturantes da educação brasileira. Propõe que, nos próximos 10 anos, a gente possa ter pelo menos um terço do ensino fundamental e básico do País em escola integral, o que é uma



revolução do ponto de vista de aprendizagem no nosso País; incorpora uma valorização do magistério, que é fundamental para que a gente melhore a qualidade do sistema educacional brasileiro — não há exemplo de educação e de sucesso nos países desenvolvidos que não tenha a valorização do magistério como a sua espinha dorsal, e o Plano Nacional aborda de forma muito clara esses dois pontos; garante o financiamento da educação, com 10% do PIB; incorpora as propostas que o Senado trouxe, como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; e reafirma, do ponto de vista constitucional, qual é o papel da educação brasileira na consolidação de uma sociedade democrática, onde todos os homens e mulheres possam viver com dignidade, ter uma vida feliz, com base no conhecimento, como sustentação do desenvolvimento tanto material quanto do desenvolvimento humano da Nação.

Por isso, peço o voto dos Srs. Deputados na apreciação do texto, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Nós temos dois momentos antes da votação. O primeiro é o encaminhamento, que é facultado a qualquer um dos senhores e das senhoras presentes; em seguida, a orientação de bancada, que é facultada aos Líderes de bancada.

O Deputado Angelo Vanhoni usou da palavra para fazer o primeiro encaminhamento. Quem desejar fazer outro encaminhamento, este é o momento.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, se houver acordo, eu quero propor que a gente decline agora da orientação de bancada e vote imediatamente o texto para seguir o debate nos destaques. A gente faria o debate e a orientação de bancada nos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O encaminhamento, neste momento, Deputada Fátima, é facultado a todos os Deputados ou Deputadas. A orientação de bancada é ao Líder da bancada que aqui esteja. Se todos abrirem mão...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não abro mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Então, com a palavra, primeiro, o Deputado Ivan Valente, que foi o primeiro a se manifestar para encaminhar a votação do corpo do texto.



É para encaminhamento, e não orientação de liderança. Três minutos, por favor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Líder fala por 5 minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não é na condição de Líder, é na condição de encaminhamento. Está pedindo como Líder?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Estou pedindo como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Cinco minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sr. Relator, primeira coisa: gostaria de dizer que esta Comissão Especial teve um papel relevante na votação do Plano Nacional de Educação. Eu acho que nós conseguimos um trabalho, com o Relator Angelo Vanhoni, importantíssimo, que foi avançar em algo que está entalado em todo movimento educacional, social e em todos os brasileiros que querem transformar a educação em prioridade nacional, o que significa não só expandir vagas, mas também garantir qualidade da educação infantil à pós-graduação.

Nós conseguimos chegar a um acordo, nesta Câmara, e no Plenário da Casa, de estabelecer a meta de 10% do PIB para a educação, dedicado à escola pública; verba pública para o ensino público. Essa é a grande vitória da Câmara dos Deputados, que foi unânime. No Senado houve um imenso retrocesso, a começar por questões que tratavam de questões alheias ao texto.

Concordo integralmente com o Relator naquilo em que manifesta a posição de total liberdade no texto. A educação precisa de liberdade; liberdade contra qualquer tipo de preconceito. Nisso nós temos total concordância com V.Exa., Sr. Relator. E V.Exa. se compromete a manter o texto.

Em segundo lugar, a questão dos entes federados, a questão de nós conseguirmos dar aos Estados e aos Municípios o apoio da União. Essa era uma questão que V.Exa. não tinha confirmado em seu relatório, ou seja, as condições necessárias para que o pacto federativo funcionasse e fosse possível de verdade melhorar as condições da educação brasileira, inclusive com piso salarial, com as condições dadas, etc.



Em terceiro lugar, V.Exa. retirou também a meritocracia do texto, muito corretamente, porque o Senado também colocou esse embrulho, esse retrocesso lá. Nós convencemos a Comissão Especial, e V.Exa. também rediscutiu esse tema e colocou a proposta original.

O que fica, Sr. Presidente, para nós discutirmos aqui hoje é uma questão real: existe uma contradição no texto, a contradição no art. 5º, inciso IV, e no final do texto, quando V.Exa. diz que os 10% do PIB devem ser dedicados à escola pública; ou seja, a verba pública é para o ensino público. Essa é a questão central. Por que é a questão central? Porque, desde o 1º Plano Nacional de Educação, feito por tantas entidades e por tantos Parlamentares desta Casa, a proposta era exatamente essa. E não é um número fictício, não é cabalístico; é um número capaz de viabilizar outra qualidade da educação, o Custo Aluno Qualidade se viabilizar efetivamente, um novo piso salarial, e o Brasil tem condições de bancar essa questão.

Nós não podemos aceitar é que seja torpedeado um conceito: o que é verba pública para o setor público. Eu digo que verba para o FIES é outra coisa, é recurso público para o setor privado. Eu digo que a verba do PROUNI, pode continuar o PROUNI, mas é verba pública para o setor privado. As creches conveniadas são para o setor privado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Trinta segundos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, o Ciência Sem Fronteiras é para o setor privado, as entidades filantrópicas também. Na proposta que está apresentada, há uma contradição, porque a verba pública não é para o setor público; logo, não são 10% do PIB para educação, e nós não podemos aceitar isso. Na verdade, se nós formos fazer as contas de tudo que é proposto para o setor privado, nós não temos nem 8% do PIB para o setor público...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Tempo encerrado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ... para garantir a qualidade da educação no nosso País. Então, tudo que o Relator colocou de positivo não se viabiliza porque, na prática...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Tempo encerrado.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...não há um aumento substantivo da verba pública para o setor público. Se quiserem financiar o setor privado com outras verbas, que não seja essa da educação e do PNE.

Dez por cento da educação para a educação pública já é a posição do Partido Socialismo e Liberdade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Acaba de chegar a esta mesa o encaminhamento do Presidente Henrique Eduardo Alves, em ofício da Presidência, com a indicação confirmada do Deputado Jair Bolsonaro no lugar do nosso Waldir Maranhão.

*(Manifestação das galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Alguém mais encaminha? Não havendo mais quem queira encaminhar...

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Rogério.

Deputado Paulo Freire com a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Presidente, eu quero encaminhar pelo PR. Sr. Presidente, eu sou, logicamente, a favor de uma melhor qualidade para a educação, a favor dos 10% do PIB para educação, maiores recursos para educação. Porém, Sr. Presidente, introduzir a ideologia de gênero na educação nós somos contra. Por isso a nossa orientação é "não", Sr. Presidente.

Eu tenho um voto em separado e gostaria de ter esta informação: se o meu voto em separado entra como voto em separado ou se ele entra como destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O voto em separado, conforme dissemos na última sessão, é apenas uma manifestação individual que é registrada e que foi submetida ao conhecimento; ele não entra em processo de votação em plenário. Ele é apenas uma manifestação, conforme V.Exa. assim o fez e foi dado conhecimento a todo este Plenário.

Com a palavra o Deputado Rogério.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - É para encaminhar?



**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sim.

Apenas para registrar, Sr. Presidente, que vamos encaminhar favoravelmente o texto principal, com a ressalva dos destaques que foram apresentados, e sobre eles debateremos profundamente.

Mas quero fazer um registro aqui, Sr. Presidente, que, nessa meta dos 10% do PIB para educação, registro com louvor o trabalho do nosso sempre Líder André Figueiredo, que foi um incansável nessa busca e trabalhando isso não só no âmbito da Comissão, mas com o Governo também. E associo essa conquista nossa, que a Comissão estabeleceu no plano, com aquilo que nós fizemos também junto à destinação dos *royalties* para educação. Então, penso que é uma contribuição que o Parlamento dá ao País, uma contribuição significativa.

Mas sublinho uma situação, Sr. Presidente: nós vamos colocar dinheiro na educação. Agora, é preciso fazer com que este recurso que nós estamos aqui canalizando para a educação chegue àquele que faz educação; que chegue aos profissionais que operam a educação neste País. E aí nós precisamos melhorar o conjunto normativo que há neste País para permitir que esse investimento, de fato, chegue aonde ele precisa chegar. Que não fique apenas em paredes de concreto, em bibliotecas modernas, que são necessárias, mas que nós tenhamos condições normativas de fazer com que esse investimento chegue para melhorar as condições, sobretudo, daqueles que operam educação neste País tão gigante.

Era a observação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, em nome do meu partido, rendendo aqui homenagens ao Deputado André, nosso sempre Líder, que trabalhou muito para que isso acontecesse.

O PDT vai encaminhar favoravelmente ao texto principal, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Bem, não havendo quem mais queria encaminhar, passamos à orientação de bancada.

Como vota o PSOL o texto principal, sem prejuízo dos destaques?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, o PSOL entende que nós não vamos conseguir viabilizar as 20 metas propostas se nós não tivermos o compromisso de ter 10% da educação pública para o setor público. Por isso, sem prejuízo dos destaques depois, o PSOL vai votar contra.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Contra o corpo do texto?

Como vota o PROS? Como vota o PSD? Como vota o PMN? Como vota o PRB?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES** - Sr. Presidente, o PRB encaminha favorável ao voto do Relator, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PCdoB? Como vota o PSC? Como vota o PTB?

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, o PTB vota com o Relator e depois vamos na analisar os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o bloco PV/PPS? Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - O PDT vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, o PSB vota com o Relator no texto principal. Nós consideramos que, com a discussão que foi estabelecida, avanços significativos foram conquistados, como, por exemplo, a incorporação, por parte do Relator, do Custo Aluno Qualidade com a complementação da União. Nós temos preocupações com o conceito de educação pública, como já foi explicitado aqui pelo Deputado Ivan Valente, mas consideramos que essa matéria pode ser discutida com tranquilidade quando da avaliação dos destaques.

Então, pelo grosso do que foi conquistado e por aquilo que se avançou, o PSB orienta a todos os seus Parlamentares, indicados ou não pelo o PSB, para composição dessa Comissão, o voto "sim", com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PR?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - O PR vota com o Relator. Gostaria de destacar, Sr. Presidente, como apresentei meu parecer contrário, que eu pessoalmente mantenho meu voto "não", mas o PR vota em favor do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado.

Como vota o DEM?



**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - O Democratas vota “sim” com o Relator, ressaltando todos os avanços que o texto agregou, sem prejuízo dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP?

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Sr. Presidente, eu cheguei agora e gostaria de discutir depois por ocasião dos destaques. Mas eu acho que, como um todo, o projeto pode até ser bom, mas o que está embargando esse projeto é que eu acho que ele piora a questão da educação no nosso País se forem aprovados esses pequenos detalhes e se não forem acolhidos os destaques.

Assim sendo, eu encaminho contra e vou discutir, por ocasião dos destaques, com mais profundidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSDB?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto com o Relator, já inclusive salientando o trabalho do Deputado Angelo Vanhoni, com a paciência que teve de ouvir todos os segmentos, trazendo para nós o relatório que pode ser apreciado com tranquilidade por esta Comissão Especial.

O PSDB vota “sim” com o texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

**O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA** - “Sim”, com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PT?

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, primeiro, eu quero aqui, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, mais uma vez parabenizar e saudar o Deputado Vanhoni exatamente, pela sensibilidade que ele teve, enquanto Relator, de dialogar com a sociedade.

Na verdade, o texto geral que nós estamos votando neste exato momento, sem prejuízo dos destaques, ouviu a voz das ruas. É um texto que ouviu a voz dos movimentos sociais aqui presentes e ouviu a voz dos gestores pelo País afora. Por isso nós afirmamos com muita tranquilidade, Sr. Presidente, que nós estamos votando, na verdade, um relatório, um projeto de lei à altura de responder aos desafios da educação brasileira na próxima década. Quero, em especial, Deputado Vanhoni, destacar, primeiro, a iniciativa que S.Exa. teve de manter, sim, o artigo que



trata da superação das desigualdades com promoção na questão da defesa de gênero, de orientação sexual, racial e etc. Vou destacar também a iniciativa que V.Exa. teve de manter a agenda na Meta 17, voltada para a promoção do magistério brasileiro. A agenda aqui aposta na valorização salarial e profissional do magistério brasileiro; a agenda também aqui aposta na expansão da educação, aumentando as vagas das creches, passando pelo ensino médio, pela educação em tempo integral, pela graduação e até pela pós-graduação. E depois a meta, a nosso ver, mais importante, porque é a que vai dar condições de a gente realizar o Plano Nacional de Educação em todos os Estados e em todos os Municípios deste País, é a que trata do financiamento da educação brasileira. É muito importante, mas muito importante mesmo que no seu relatório nós tenhamos consolidado que o dinheiro público tem que ir para a escola pública, que o dinheiro público tem que ir para a educação pública.

Portanto, com muita alegria, o PT encaminha “sim” ao relatório do Deputado Angelo Vanhoni.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o Líder do Governo, se aqui estiver presente?

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, pelo Governo, nós queremos parabenizar V.Exa., que conduziu durante todo o tempo esta Comissão, também o Deputado Gastão, que à princípio foi Presidente desta Comissão. Saúdo o nosso Relator, o Deputado Angelo Vanhoni. Nós encaminhamos “sim”. Acreditamos que este texto construído com a participação de todos é de fundamental importância para o futuro do País.

Sr. Presidente, eu queria propor aqui uma inovação, não sei se é possível. Como é que seria normalmente? Aqueles Deputados que fossem favoráveis permaneceriam como estão, e quem for contra o relatório vai levantar a mão. Mas eu queria propor o seguinte, Sr. Presidente: tendo em vista a importância desse ato e tendo em vista todo o trabalho que se fez, que os Deputados favoráveis permanecessem em pé, em homenagem a todos aqueles que trabalharam todo esse tempo e em homenagem à educação brasileira.

Então, fica a sugestão: ficariam em pé aqueles Deputados que fossem favoráveis à aprovação do texto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Nós temos um encaminhamento feito, já aprovado na sessão anterior, que essa votação seria nominal. O que o Deputado Alex sugeriu não foi um condicionante para o conjunto dos Deputados.

Como orienta o Líder da Minoria, se aqui estiver presente? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem precise fazer nenhuma manifestação regimentalmente, declaro aprovado o requerimento, de autoria do Deputado Pastor Marco Feliciano, para votação pelo processo nominal do parecer do Relator que apresentou complementação de voto.

Convido o Deputado André Figueiredo para proceder a chamada nominal. Primeiramente, serão chamados os membros titulares e, a seguir, os suplentes, até que se complete o número de votos a que cada partido tem direito na Comissão.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sem prejuízo da votação nominal, obviamente, o que o Deputado Canziani estava sugerindo era que quem fosse a favor ficasse em pé agora só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Mas nós estamos fazendo prejuízo a um requerimento aprovado por maioria.

**(Não identificado)** - Nominal é nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Votação nominal e, depois, nós aclamamos.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, a votação era do texto geral, os destaques são outra coisa.

*(Manifestação da plateia: Vota! Vota! Vota!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Figueiredo, por favor, proceda a leitura. Ligue o seu microfone.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota a Deputada Fátima Bezerra, pelo PT?

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - "Sim", Sr. Presidente, por um Plano Nacional de Educação inclusivo e generoso. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota a Deputada Margarida Salomão?



**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - “Sim”, Sr. Presidente, por uma grande conquista da sociedade brasileira. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Newton Lima?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Não se encontra.

Como vota o Deputado Angelo Vanhoni?

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - “Sim”, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Artur Bruno?

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - “Sim”, para garantir uma grande vitória à educação pública deste País. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Gabriel Chalita?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Raul Henry?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Renan Filho?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PSDB, como vota o Deputado Eduardo Barbosa?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - “Sim”. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Nelson Marchezan Junior?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Nilson Pinto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - O Deputado Izalci não está indicado aqui, não.



Pelo PP, como vota o Deputado Jair Bolsonaro?

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - “Não”. (*Apupos.*)

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - É porque V.Exa. está ocupando a vaga de outro partido, Deputado.

Como vota o Deputado José Linhares?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Prossiga, o Deputado José Linhares está ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo DEM, como vota o Deputado Efraim Filho?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O Deputado Efraim Filho está ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota a Professora Dorinha?

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - O Democrata vota “sim”, e a Professora Dorinha também, por uma educação mais igual e pela redução das desigualdades.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PR, como vota o Deputado Paulo Freire?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - “Não” à ideologia de gênero, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Deputado só para esclarecer, “não” ao relatório?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - “Não” ao relatório. (*Apupos.*)

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Ocupando a vaga do PR, como vota o Deputado Izalci, pelo PSDB?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Estamos em processo de votação. Como vota o Deputado Izalci?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, o PSDB vota o texto do Relator, ressaltados os destaques, para que a gente possa sair do discurso e entrar no recurso para a educação.

Votamos “sim”. (*Palmas.*)



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PSB, como vota o Dr. Ubiali?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Dr. Ubiali está ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Stefano Aguiar?

**O SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR** - “Sim” ao relatório, ressalvados os destaques.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PDT, como vota o Deputado Paulo Rubem Santiago?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo Bloco PV/PPS, como vota o Deputado Antônio Roberto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PTB, como vota o Deputado Alex Canziani?

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PSC, Pastor Marco Feliciano?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PCdoB, como vota a Deputada Alice Portugal?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PRB, como vota o Deputado Pastor Eurico?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Ao relatório nós estamos votando “sim”, entendendo que nos destaques somos contrários à ideologia de gênero. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PMN, como vota o Deputado Professor Setimo, que, na verdade, é Deputado do PMDB, ocupando a vaga do PMN.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Alguns dos titulares chegaram após a chamada? *(Pausa.)* Não. Então, passando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Se der para votar, eu gostaria.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Eu ia deixar como homenagem, Deputado Lelo Coimbra, quando encerrassem todas as votações, porque afinal V.Exa. conduziu essa votação com tanta maestria, que seria glorioso encerrar.

Como vota o Deputado Lelo Coimbra?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a alegria de quem conduziu esse trabalho ao longo desses 2 anos e meio, um pouco mais próximo de 3 anos do que de 2 anos e meio, com a sociedade presente, com o grande esforço feito pelo Relator Angelo Vanhoni, acompanhado por todos nós, e com a alegria de estarmos concluindo esse trabalho, em especial de ter sucedido o meu amigo que retorna sem nunca ter nos deixado *in pectore*, Gastão Vieira.

Então, voto "sim". *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Nas vagas do PMDB, como vota o Deputado Eduardo Cunha?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Gastão Vieira?

**O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA** - "Sim", Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Manoel Junior?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Pedro Chaves?

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** - "Sim", ressalvados os destaques.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Na vaga do PSDB, como vota o Deputado Alfredo Kaefer?

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Cumprimentando a Comissão pelo trabalho exaustivo, profícuo, Presidente, Relator e todos os membros, por avanços pela educação, que é a única forma de você ter avanços também na sociedade, eu



registro aqui o meu voto “sim”, ressalvados os destaques. E já antecipando o meu voto no destaque pelo mérito no que diz respeito ao gênero como referência genérica.

Obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota a Deputada Mara Gabrilli?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Jorginho Mello.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PP, como vota o Deputado Esperidião Amin?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Ronaldo Fonseca, do PROS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo DEM, como vota o Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Marcos Montes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Pelo PR, como vota o Deputado Ivan Valente. Na verdade, já votaram os dois aqui, Deputado Ivan Valente.

Nas vagas do PSB, como vota o Deputado Leopoldo Meyer?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - PDT, como vota o Deputado André Figueiredo.

Parabenizando o relatório do Deputado Vanhoni e a Presidência do Deputado Lelo Coimbra, claro, e pela educação que todos nós sonhamos nos próximos anos, “sim”. (*Palmas.*)

Bloco PV/PPS, como vota o Deputado Stepan Nercessian?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - PSC, como vota o Deputado Marcos Rogério do PDT.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, ressalvados os destaques, acompanho o Relator votando “sim”.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - PCdoB, como vota o Deputado Chico Lopes?

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Acompanho o Relator.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Na vaga do PMN, como vota o Deputado Jean Wyllys do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Como não tive a oportunidade de votar, pediria a V.Exa. que me desse 1 minuto para justificativa de voto, se pudesse votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Enquanto contabiliza, por favor, use a palavra.

Deputado Ivan Valente, JUSTIFICANDO o seu voto em função de ser um suplente em representação à liderança do PSOL. Com a palavra por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, Sras. e Srs. Deputados, e todos que nos ouvem aqui nesta sessão V.Exas. conhecem minha luta pela educação, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Eu fui o primeiro Deputado a encabeçar o Plano Nacional da Educação, nesta Casa, em 1998. Nós propomos 10% do PIB para a educação, depois de vários congressos educacionais.

Posteriormente, houve um acordo e foi votado 7% do PIB para a educação, que nunca foi implementado, nem pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, nem pelo Governo Lula. Nós mantivemos a nossa posição dos 10% do PIB para a educação baseada em estudos que garantiriam qualidade à educação e expansão do ensino superior. Por que razão hoje nós estamos votando contra? Porque na época nós escrevemos um documento, Presidente, dizendo o seguinte: “*Por que o primeiro Plano Nacional da Educação — PNE é um não plano?*” Porque se você não



financia, não há plano realizável. Ele vira um documento sem valor, ele vira uma carta de intenções.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, naquele momento e agora, nós propusemos novamente 10% do PIB. A Presidenta da República propôs 7%, o Relator chegou a 10% para a escola pública. Foi para o Senado, voltou, e agora nós não temos 10% para a escola pública. Hoje, o Brasil gasta 5,4% do PIB em educação. Vai gastar, daqui a 10 anos, nem 8% pelo projeto aprovado. Ou seja, é 0,2% ao ano, um crescimento vegetativo. Nós não vamos atingir essas metas e vamos transferir recurso público para o setor privado.

Por isso, o PSOL é a favor do conjunto do relatório de V.Exa., mas o que inviabiliza o relatório é a própria questão de não dedicar os recursos para a expansão e para a qualidade. Por isso, se pudesse votar, o PSOL votaria, diferente de outros que votaram “não”, pelos 10% do PIB já para a educação pública gratuita e de qualidade.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado, sua manifestação será registrada em ata.

Chegaram os Deputados Leopoldo, Dr. Ubiali e Paulo Rubem. Os Deputados Ronaldo Fonseca e Dr. Ubiali, que têm direito a voto, por favor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Deputado Ronaldo Fonseca, do PROS, como vota?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Estamos votando o corpo do relatório, sem prejuízo dos destaques.

**O SR. DEPUTADO LEOPOLDO MEYER** - Sr. Presidente, eu vou votar com o Relator, ressalvando os destaques. Acho que, com essa ressalva, dá para votar “sim” ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado Leopoldo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota o Deputado Dr. Ubiali?



**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Meu voto é favorável ao relatório do Relator, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - A Deputada Mara Gabriilli também se encontra presente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Como vota a Deputada Mara Gabriilli? “Sim” ao relatório, Deputada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Estamos votando o corpo do relatório, sem prejuízo dos destaques. Vota “sim” ao relatório.

Nós concluímos essa votação com 20 votos favoráveis e 2 votos contra. Pelo simbolismo, aclamação de pé, por favor. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

Concluída a fase de votação do corpo do relatório, sem prejuízo dos destaques, vamos prosseguir agora votando os destaques.

No próximo momento, agora, teremos 18 destaques para votar. Estaremos votando um a um, no método que fizemos agora: encaminhamento e orientação de Lideranças. Portanto, vamos começar o primeiro destaque.

Em votação o Destaque nº 1, da bancada do PSDB, que diz o seguinte:

*“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, § 2º, combinado com o art. 117, IX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados — RICD, ‘destaque para votação em separado do art. 2º, inciso III do substitutivo do Senado Federal constante do parecer do Relator’. Observação: com o objetivo de aprovar o referido texto do substitutivo do Senado Federal”.*

Assinado pelo Deputado Izalci e acompanhado pelo conjunto dos Deputados.

Para encaminhar, com a palavra o seu autor, Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, esse destaque, o nobre Relator retomou a redação da Câmara, e a redação da Câmara, inciso III do art. 2º diz o seguinte: *“Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”*. Na prática, esse texto da Câmara ficou muito restrito, tanto é que o texto do Senado é mais abrangente e compatível inclusive com a Constituição, art. 3º, inciso IV, que diz: *“V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*. Portanto, o destaque é para aprovar o texto do



Senado que diz: “*Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.*”

Esse é o destaque que fazemos. Pedimos o apoio dos Pares para que seja aprovado o texto do Senado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

*(Manifestação da plateia: o movimento unificado está rejeitando a proposta do Senado!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor! Por favor!

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Concluindo, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: uma das maiores discriminações que existe neste País se trata da questão da renda. A renda é um fator discriminatório muito grande em nosso País e não é acatado pelo texto da Câmara.

Portanto, o texto do Senado é mais abrangente, abarca todas as formas de discriminação.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Informo que têm direito a fazer encaminhamento quatro Deputados. O Deputado Izalci fez o primeiro encaminhamento, e depois teremos a orientação, que segue o princípio anterior, só para que a gente não se esqueça.

Eu queria informar que junto a este requerimento há os Destaque n<sup>os</sup> 2, 24, 21, 26, com o mesmo conteúdo. Vou citar os autores, porque, por tê-los feito, querem sua nomeação: Deputados Júnior Coimbra, Marcos Rogério, Pastor Marco Feliciano e Stefano Aguiar, que fizeram destaques à semelhança do destaque do Deputado Izalci.

Portanto, ao votar, qualquer que seja o resultado, o texto apresentado em destaque pelo Deputado Izalci, os outros estarão prejudicados porque já estariam contemplados nessa primeira votação.

Portanto, com a palavra para encaminhamento, o Pastor Eurico.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Permita-me um esclarecimento sobre o procedimento de votação. Sei que, na hora de orientar, as lideranças terão o direito de usar a palavra, mas, agora, qual o procedimento?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Todos os destaques serão assim: quatro encaminham, depois a orientação de bancada, depois o voto.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Sr. Presidente, os encaminhamentos serão todos na mesma direção, ou V.Exa. vai alternar?

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Porque devem ser dois favoráveis e dois contra. Deve ser dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - É justo que assim o seja.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Claro! Lógico!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Então, o Pastor Eurico fará o segundo encaminhamento a favor e os outros dois serão contrários.

Com a palavra o Pastor Eurico.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Antes, Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual o tempo de que disponho?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Serão 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos; e quanto ao Relator, já o fiz em outras oportunidades, reconhecendo a eficácia do seu trabalho.

Deixei bem claro aqui o nosso posicionamento concernente à valorização da educação no Brasil. Somamos juntos em prol dessa luta. Em momento algum, somos contrários à melhoria da educação no Brasil. Mas, Sr. Presidente e nobre Relator, vale salientar que, apesar de termos muitas pessoas ostentando a bandeira da laicidade do Estado, que, às vezes, até misturam a realidade dos fatos, até porque a laicidade mostra exatamente a isonomia do Brasil, do País, da Nação concernente à questão religiosa, respeitam-se todas as religiões. Por outro lado, não estamos aqui querendo impor nada, tampouco há uma ditadura religiosa dentro desta Comissão. (*Apupos.*) O que acontece, Sr. Presidente, nobre Relator, nobres Pares, é que devemos reconhecer que, apesar do País ser laico, nós temos a maioria da população cristã.

Por outro lado, Sr. Presidente, somos solidários ao destaque dos nobres companheiros, haja vista que apresentamos, fizemos saber o que aconteceu aqui a semana passada. A própria população estava ligando para a Câmara dos Deputados e dando seu posicionamento. Nós temos aqui representantes, para que



não fique taxado que só os evangélicos — só os evangélicos! Só os evangélicos! — estão com esse posicionamento. Quero aproveitar para destacar a ação de alguns companheiros, principalmente, do Deputado Eros Biondini, que está aqui, digno representante da Igreja Católica, uma pessoa que tem somado e defendido princípios e valores neste Brasil. (*Palmas.*) Quero destacar aqui a presença de várias representações da Igreja Católica, como também de igrejas evangélicas, neste plenário e no plenário anexo. (*Palmas.*) Todos nós, Sr. Presidente, somos a favor, já votamos pelo relatório. Simplesmente estamos defendendo a ressalva de um destaque.

O que acontece, Sr. Presidente, é que não vemos a razão de um movimento querer introduzir no Plano Nacional de Educação ideologia de gênero. Não vou entrar aqui em detalhes, como já entramos em outra fala, porque iríamos perder o tempo, mas gostaria de dizer que respeitamos as pessoas. A própria Constituição, como foi citada, já dá guarida para isso, e o texto do Senado contempla a todos, independentemente da prática de qualquer pessoa, do segmento de qualquer pessoa, da ideologia de qualquer pessoa. O texto do Senado contempla a todos. Lamento unicamente, respeitando o mérito ou os méritos do nobre Relator, que o texto do Senado não tenha aceitado... O texto do Senado vem para contemplar todas as pessoas, independentemente de qualquer ideóloga.

Então, Sr. Presidente, por esse motivo, nós não somos a favor que seja introduzida no Plano Nacional de Educação a ideologia de gênero. Que seja exatamente como está no texto do Senado.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, retome o meu tempo, por favor. Nós votamos “sim” ao destaque e gostaríamos de deixar bem claro que fizemos uma colocação aqui, na reunião antepassada, mostrando de onde se origina esse texto. E vou dizer uma coisa aqui para deixar registrado nesta Casa: saibam, nossos amigos que defendem a questão da identidade de gênero — e respeito a todos —, que por trás dessa ideologia de gênero, que vem de uma ideologia marxista — quero deixar bem claro aqui — que se expandiu pela Europa, verão, no futuro, que estão trabalhando contra si próprio. (*Manifestação na plateia.*) Essa é a



grande realidade, porque nós estamos defendendo a integridade do ser e da pessoa.

“Sim” ao destaque. Estamos com a posição do Senado, Sr. Presidente.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Bruno, por 5 minutos; e, na sequência, a Deputada Fátima Bezerra.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Deputadas, eu me inscrevi para defender a manutenção do texto do Relator Angelo Vanhoni e o texto que foi aprovado pelos Deputados, na Câmara Federal, por um motivo que penso ser o mais relevante: nós não estamos discutindo aqui qualquer questão religiosa, até porque sou católico, muitos são evangélicos, outros não têm religião, outros são agnósticos. Isso não está em debate neste momento. O povo brasileiro, desde a Constituição de 1891, fez uma opção pelo laicismo. A educação brasileira é laica. Também de forma inteligente a nossa Constituição tomou uma decisão sobre concepção pedagógica. Não há concepção pedagógica oficial, nem marxista nem montessoriana. Não há concepção oficial. Cada escola decide a sua concepção, a sua prática pedagógica, através do seu plano de desenvolvimento da educação.

O que está em jogo aqui, neste momento, é sabermos se é importante ou não a ênfase em determinadas desigualdades. E sobre isso é que eu quero me referir. Eu sou professor, há 35 anos — continuo dando aula —, em escola pública e escola privada. Na sala de aula, no chão da escola, nós encontramos racismo. É uma realidade que, infelizmente, ainda existe em nosso País. No chão da escola, no recreio, na sala de aula, nós encontramos preconceito contra gênero. Há machismo, neste País! *(Palmas.)* Nós encontramos, no chão da escola, na sala de aula preconceito contra a orientação sexual, que deve ser livre *(Palmas.)*. Nós não podemos deixar de combater essa discriminação.

Portanto, Deputado Angelo Vanhoni, V.Exa. acerta quando, no seu texto, diz: “*superação das desigualdades educacionais*”. Todas elas, mas nós temos de dar ênfase — e isso faz parte de um texto inteligente — àquilo que mais precisamos ressaltar na legislação: à promoção da igualdade racial para combater o racismo;



ênfase na promoção regional. Porque eu sou de uma Região que ainda é discriminada neste País: Nordeste. Nós precisamos colocar sim que é preciso promover a igualdade regional. Precisamos destacar no texto o combate à discriminação de gênero e de orientação sexual. (*Palmas.*)

Cabe a nós legisladores, neste momento, tomar uma decisão, fazer uma opção política de combate às desigualdades educacionais, mas ressaltando aquelas desigualdades que lamentavelmente estão presentes e dificultam a evolução da educação deste País e a aprendizagem dos nossos alunos e das nossas alunas.

Peço, portanto, a reflexão de cada Parlamentar presente para que possamos dar essa vitória, sobretudo uma vitória que, com esse texto, vai ressaltar o combate ao preconceito e às discriminações deste País.

(*Manifestação no plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Bezerra para o encaminhamento final.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, quero me associar à linha de raciocínio já apresentada pelo Deputado Artur Bruno, e também dizer, com muita tranquilidade, que nós entendemos que a educação, acima de tudo, tem de ter compromisso com a liberdade e com a promoção da cidadania. Eu já disse em outra ocasião e volto a repetir: a escola, mais do que qualquer outro espaço, tem de ser o lugar de vivenciar os valores de respeito e da solidariedade. Mais ainda, Sr. Presidente, a escola não pode se fazer de surda nem de muda. A escola não pode se omitir, ser neutra e, portanto, reproduzir os estereótipos, os preconceitos existentes na sociedade, que, é verdade, afetam principalmente as mulheres, os negros, a comunidade LGBT, etc. E aqui ilustro com dados. Pesquisas realizadas neste País por instituições da maior respeitabilidade atestam, por exemplo, as formas de discriminação, no que diz respeito à questão de gênero, no que diz respeito à questão de orientação sexual, no que diz respeito à questão étnico-racial, no que diz respeito à questão territorial. Em 2010, Sr. Presidente, houve 34.983 homicídios de pessoas negras no País. Em 2012, o Governo Federal recebeu 9.982 denúncias de violação dos direitos humanos de pessoas LGBT.

Portanto, não adianta a gente tapar o sol com a peneira, Deputado Bruno. Não adianta! Infelizmente, a escola, assim como outras instituições da sociedade,



reproduz, sim, os estereótipos, os preconceitos existentes. E nós achamos que temos, portanto, o dever de fazer com que a escola seja exatamente um espaço para combater esse tipo de prática.

Paulo Freire já dizia que a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele. Pois bem, Deputada Iara, pegando aqui as palavras de Paulo Freire, amor não combina com preconceito, não! Amor não combina com violência, não! Amor combina exatamente com solidariedade, com respeito. *(Palmas.)*

Então, eu coloco aqui essa reflexão, Sr. Presidente. Com a tranquilidade, quem fala aqui não é nem a Deputada, é a professora também que sou, por entender, e volto a dizer, que escola é um lugar sagrado. E a escola, mais do que qualquer outro lugar, não pode nunca ser um espaço para acolher, fomentar, estimular ou omitir o preconceito, a violência, a discriminação seja de que natureza for.

É por isso, Deputado Vanhoni, que nós, mais uma vez, queremos parabenizá-lo por sua sensibilidade de ter mantido no texto a meta que exatamente trata da superação das desigualdades com promoção na identidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, etc.

Por fim, quero dizer, Sr. Presidente, que o texto de uma lei da magnitude do PNE tem que estar comprometido radicalmente com a educação, fundado em princípios de igualdade para todos e para todas. Por isso, com muita tranquilidade, serenidade, a gente pede aqui aos Parlamentares que votemos “sim”, pela manutenção do texto do Deputado Vanhoni.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Angelo Vanhoni, para a fala final desse tópico.

**A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI** - Para complementar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por trinta segundos, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seria muito estranho que no Plano Nacional de Educação nós não tivéssemos esse item com relação ao combate a todas as desigualdades, inclusive a



de gênero. Essa política faz parte de todos os tratados internacionais que o Brasil assina, na área da saúde, na área da educação, na área...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Iara, eu vou ter que interromper sua manifestação, senão...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado.

Isso foi uma imprudência da Presidência. Não ocorrerá mais.

Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni, para suas considerações...

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado. Questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, dirijo um questão de ordem a V.Exa. com fundamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Qual é o dispositivo?

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - V.Exa. interrompeu a minha fundamentação. É o Art. 34, Sr. Presidente, do Regimento, que trata das Comissões Especiais e também da abrangência da atuação das Comissões Especiais.

A questão de ordem que apresento a V.Exa., Sr. Presidente, é relativa às competências da Comissão, haja vista que na Comissão Especial ela cumpre o papel das demais Comissões, não fica restrita à questão de mérito. Aqui também está representada a expressão de prudência e controle de constitucionalidade, que seria exercida na tramitação ordinária da matéria à CCJ — a assessoria está atrás de V.Exa. e pode confirmar isso. Essa matéria não passou pela CCJ, e não passará, vai direto ao Plenário.

Então, a questão de ordem que faço a V.Exa. é apenas para constar que o texto que nós estamos a apreciar agora, se mantida a orientação apresentada pelo Relator ou se sobressaindo o destaque, penso que estamos diante de uma inconstitucionalidade material. O texto que foi aprovado originalmente aqui e que o Relator está fazendo representa violação do texto constitucional.

Sr. Presidente, o texto da Câmara... *(Manifestação na plateia: não! não! não me representa, não!)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Nós estamos na iminência da Ordem do Dia. Por favor!

Garantida a palavra, Deputado Marcos Rogério.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, então, à luz do que dispõe o 53, inciso IV do dispositivo invocado, estou aqui alertando a Comissão que nós estamos diante de uma inconstitucionalidade material, haja vista que o texto, se apreciarmos o texto da Câmara, é reducionista à ordem constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. ainda não disse qual é a infração.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, o texto da Constituição Federal diz o seguinte: *“Art. 3º Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”* Onde está a inconstitucionalidade, Sr. Presidente? O texto que a Constituição consagrou e uma norma infraconstitucional não podem reduzir o alcance daquilo que a Constituição estabelece.

Sr. Presidente, nós estamos reduzindo aqui a quatro eixos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, aponte no texto onde está materializada a infração.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Nós estamos reduzindo, Sr. Presidente, o texto da Constituição a quatro eixos de proteção — quatro eixos apenas! O texto que foi apresentado aqui e que o destaque visa corrigir faz menção à igualdade racial, faz menção...

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Olha o tempo, Sr. Presidente. Vamos ver a questão do tempo aí.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, eu vou pedir que a cada interrupção seja acrescido o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Conclua.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Promoção da igualdade racial, promoção regional, promoção de gênero e promoção da orientação sexual. O texto elenca quatro diretrizes. O texto da Constituição Federal fala de todas as formas de discriminação, Sr. Presidente. Na escola há discriminação à pessoa que sofre de



obesidade, na escola há discriminação a quem sofre de uma calvície, na escola há discriminação... *(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado, nós temos esse tema em processo de encaminhamento para destaque, que é o que está sendo.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Estou apenas sublinhando, Sr. Presidente, e concludo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - A sua manifestação não informa, de forma diferente, outro item. Então, nós estamos nesse item e achamos que está contemplado.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, como houve uma ressalva...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Conclua, por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Vou encerrar minha observação, Sr. Presidente. Apenas para que conste dos Anais desta Comissão, porque ela também abarca os competências da Comissão de Constituição e Justiça, e nós estamos diante de um texto que reduz o alcance da Constituição.

Então, eu particularmente...

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Eu penso que quem não quer votar, Sr. Presidente, são os que interrompem a fala dos Deputados.

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo, Deputado Marcos Rogério.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Eu concludo aqui, cumprimentando V.Exa. pela condução dos trabalhos, apenas frisando essa inconstitucionalidade material detectada. Nessa linha, penso que para sanar a inconstitucional material, o melhor caminho é votar o destaque apresentado pelo nobre Deputado Izalci.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ok.

Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Srs. Deputados, falarei muito rapidamente. Quando nós construímos esse texto, há questão de 1 ano e 8 meses, e depois o aprovamos aqui na Câmara, o objetivo deste artigo para nós era muito



claro. Eu entendo as manifestações de diversos Deputados na interpretação do artigo, mas a intenção do Relator, e que foi manifesta e compartilhada pelos Deputados, na época, tinha o objetivo, e ainda tem como objetivo, que a educação, isto é, o conhecimento, o debate de ideias possa construir uma sociedade diferente da que nós temos, sobretudo no que diz respeito ao preconceito.

Preconceito é muito difícil de a gente diminuir na sociedade humana — é muito difícil! A humanidade digladia-se, violenta-se, diariamente, há muitos e muitos séculos, por questões de preconceito, seja um preconceito de raça, seja o preconceito em função da diferença que existe de nascimento entre homem e mulher; há uma violência na sociedade humana, e é a percepção dessa violência que vai fazer com que a gente possa modificar esse estado da sociedade em que vivemos.

Então, o objetivo deste texto ao orientar o Brasil, ao orientar a educação do Brasil, nesse debate a respeito do preconceito de gênero, da violência que nós temos na sociedade moderna, na sociedade atual, seja no Brasil ou seja em qualquer país do mundo, contra a mulher, é que a educação cumpra o seu papel principal e fundamental de diminuir o preconceito em relação àqueles que têm uma diferença em relação ao homem, na sociedade machista que nós constituímos.

Assim é também em relação à cor. Nós hoje aqui enumeramos a questão da cor, porque na sociedade brasileira nós não temos ainda — quer dizer temos, mas não é tão relevante — o preconceito religioso, que nós sabemos que existe em outras sociedades, que é levado à guerra por causa das questões religiosas. Nós sabemos das diferenças que existem em outros países entre católicos e não católicos; nós sabemos as diferenças que existem entre judeus e muçulmanos. É a diferença que existe entre essas sociedades ou não é? Há também diferenças do ponto de vista econômico, mas elas também se distinguem por questões religiosas. No Brasil, nós conseguimos consolidar uma convivência harmoniosa das diversas religiões.

Eu espero que os Srs. Deputados apontem para o futuro, apontem para uma sociedade mais humana, aprovando o texto que a Câmara aprovou, anteriormente, promovendo a igualdade de gênero, a igualdade de raça e a igualdade do ponto de vista da orientação sexual. (*Palmas na plateia.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Em sequência, passamos à orientação de bancada. Um minuto para cada orientação.

Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, o PSOL entende que essa discussão nunca, mas nunca, poderia ter assumido um tom de prioridade que se está querendo dar a ela.

Isso aqui é obrigação. Quando nós estamos falando em educação, nós estamos falando em direitos, nós estamos falando em igualdade, nós estamos falando que o Brasil é um Estado laico, não é um Estado teocrático. Isto aqui é um Estado laico. Então, qualquer preconceito devia ser crime, como é o crime racial.

Então, toda a luta que nós pudermos travar desde a infância contra o racismo, contra a homofobia, contra o machismo, pela livre orientação sexual, é uma luta que avança na sociedade; é a luta pela tolerância; é a luta para garantir liberdade e direitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, nesse sentido eu acharia um gravíssimo erro que uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados representante popular cometesse um gravíssimo erro de ser contra a liberdade, e ser a favor do preconceito, porque é disso que se trata ao não discriminar cada um dos pontos — raça, cor, orientação sexual, gênero, etc. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Por isso o PSOL é contra essa emenda e é a favor da liberdade.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PROS?  
(*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES** - Sr. Presidente, o PRB entende que o texto da Câmara, que busca a promoção dessas igualdades, agora com o aspecto inconstitucional, conforme alegou o Deputado Marcos Rogério, vai fazer



com que essa ideologia de gênero dê aos burocratas do Ministério da Educação o direito de invadir as escolas com cartilhas *gays*, cartilhas bissexuais, transexuais e outros. (*Manifestação na plateia.*) E tudo isso com amparo legal, uma vez rotulado como promoção da igualdade de gênero.

Por isso o PRB, que é contra a desconstrução dos sexos e da família, vota favoravelmente ao destaque. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Deputado Chico Lopes, como vota o PCdoB?

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para o fato de que, em 1946, um Deputado comunista por nome de Jorge Amado, baiano, votou pela liberdade religiosa. E quem eram os prejudicados naquela época? No interior do Ceará, não se podia abrir uma igreja evangélica, porque, de madrugada, eles tinham que correr, porque não tinham o direito de fazer a sua exposição, não tinham o direito de ter o seu Deus.

Neste momento, depois de trabalharmos durante 3 anos, ninguém apresentou essa questão que o Deputado Izalci está colocando. Liberdade é para tudo! Não é para uma coisa e para outra, não. Portanto, eu voto com o Relator, elogiando a coragem e a independência de S.Exa. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)  
Como vota o PTB?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, o Deputado Alex Canziani me deu a prerrogativa de orientar pelo PTB. Sou o Deputado Eros Biondini.

Está muito claro, Sr. Presidente, depois de exaustivas discussões nesta Casa, que todos nós somos contra qualquer tipo de discriminação. Mas a própria Constituição, a Carta Magna que nós temos na nossa Nação, já preconiza isso. Ela já prevê todo o rechaço a qualquer forma de discriminação.

Por isso, nobres Deputados, nós, do PTB, ouvindo também as manifestações da população brasileira, da CNBB, dos movimentos sociais e de todos aqueles que se manifestaram, julgamos que não há condições de a ideologia de gênero constar no Plano Nacional de Educação. (*Manifestação na plateia.*)



Sr. Presidente, realmente contra qualquer tipo de discriminação, seja de sexo, de raça, de cor, de religião, ou qualquer outro contemplado na Constituição, nós, do PTB, somos favoráveis ao destaque do Deputado Izalci.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, na sessão passada eu fiz um apelo aqui nesta Comissão quanto à questão da democracia e à questão da tolerância. E eu quero reiterar esse apelo aqui aos Deputados e Deputadas, para que possamos fazer com que esta sessão represente um avanço, o mesmo avanço que foi representado quando o Congresso aprovou a Lei do Divórcio.

E dizia-se que a Lei do Divórcio ia acabar com a *celula mater* da sociedade brasileira, que era a família brasileira, e não acabou. O mesmo avanço que nós encontramos hoje no Judiciário, quando os magistrados não aceitam mais uma norma escrita no Código Penal de 1940, que permitia ao homem o assassinato da sua companheira em nome da chamada legítima defesa da honra. (*Palmas.*)

A sociedade evoluiu. Aqui não há ideologia de gênero, é um apelo brutal o que está sendo dito aqui. O que há aqui é o reconhecimento do atraso do Estado brasileiro, porque foi o atraso do Estado brasileiro, ao longo desses anos, que fez com que homens, mulheres, crianças e jovens fossem violentados, discriminados, assassinados, impedidos até de ter o apoio do Estado nos momentos mais difíceis de suas vidas.

Nós queremos que o Estado brasileiro reconheça aquilo que já existe. Aqui, se há alguma ideologia, ela só existe na cabeça de quem vê ideologia no reconhecimento dos direitos sociais.

Por isso voto com o texto do Relator, mas não há consenso na bancada. Portanto, o PDT vai ter votos distintos.

O meu voto é a favor do texto do Relator, e nós consideramos que a sociedade vai avançar, como avançou na Abolição da Escravatura, como avançou na superação do Código Penal, como avançou na Lei Maria da Penha, como avançou na Lei de Combate à Discriminação, como avançou no direito de voto aos analfabetos.

É nisso que acredito, e nós vamos votar com o texto do Relator.  
(*Manifestação na plateia.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSB, Deputado Dr. Ubiali?

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, o PSB é contra qualquer tipo de discriminação. E neste momento nós temos a posição de que o texto que veio do Senado é mais completo e não cria nenhuma divergência com o texto da própria Câmara. Nós não temos a posição de ser contra ou a favor a um ou outro, mas nós ficaremos com o texto do Senado. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o PR?

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, o PR vota "sim" ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o DEM?

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Presidente, aproveitando para orientar pelo Democratas, já peço a oportunidade para que se registre em ata, no momento da votação nominal, não estando presente, sendo titular da Comissão, sendo que acompanharia a votação da maioria, a favor do texto, ressalvados os destaques, peço que fique registrado em ata esse posicionamento.

O Democratas tem posição divergente na bancada. É, na verdade, um retrato da plateia que temos aqui, posições pessoais que merecem ser respeitadas. Então, irão votar de acordo com sua convicção, de acordo com a sua consciência. Por isso o Democratas libera a bancada para votação do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP?

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Sr. Presidente, eu só quero 1 minuto. *(Apupos na plateia.)*

Para demonstrar que eu não tenho preconceito, eu aceito o voto de vocês no dia 5 de outubro. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor. Com a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Sr. Presidente, só quero 1 minuto.

Quero aqui mostrar para os senhores o que vai para dentro da escola com o não acolhimento desse destaque. Está no Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, da então Secretária Maria do Rosário. Entre os 180 itens: inserção nos livros didáticos da temática das famílias LGBT; inclusão da população LGBT... *(Manifestação na plateia.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Garantia da palavra.

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Inclusão da população LGBT em programas de alfabetização nas escolas públicas, ou seja, quota para professor *gay*; distribuição de livros didáticos para bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infanto-juvenil; cria bolsa de estudo que qualifica os profissionais LGBT, é o Bolsa *gay*. Isso está no programa do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo, Bolsonaro.

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Um minuto só, Presidente.

O reconhecimento de todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, *gays*, bissexuais e travestis, com base na desconstrução da heteronormatividade; campanha nacional...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Eu só quero 1 minuto.  
(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Já passou de 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Faltam três itens. Campanha nacional de sexo seguro para adolescentes LGBT, usando personagens adolescentes, ou seja, uma série de itens que vão para a garotada a partir de 6 anos de idade, ensinando-as a serem homossexuais. É o *kit gay* que a Dilma Rousseff disse que havia recolhido, mas que na verdade está saindo do armário agora, com o apoio do PT e da Dilma Rousseff. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSDB?

**(Não identificado)** - O PSDB vota "sim" ao destaque. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

**(Não identificado)** - "Sim", com o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PT?

**A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI** - Sr. Presidente, quero até recordar aqui o que mencionou o Deputado Chico Lopes: que esse texto foi aprovado por unanimidade nesta Comissão, na Câmara dos Deputados. Não houve em nenhum momento esse tipo de manifestação nem de questão levantada, quando o Relator



apresentou o primeiro relatório, que saiu desta Câmara e foi para o Senado. Só nesse momento é que se tenta atravancar inclusive a votação do PNE para isso.

Quero lembrar que essas questões de gênero estão em todos os documentos da Organização Mundial de Saúde, que o Brasil respeita — dos Direitos Humanos Internacionais, do Direito do Trabalho, da OIT, da Lei Maria da Penha, aprovada por esta Casa, nos tratados internacionais da ONU. Portanto, não haveria nenhum motivo para que essa questão de combate a todas as formas de discriminação e desigualdade não estivessem no Plano Nacional de Educação.

O PT vota “sim”, Sr. Presidente. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o Líder do Governo?

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, tendo em vista que existem várias divergência dos partidos da base, o Governo libera para que cada Deputado vote de acordo com a sua consciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o Líder da Minoria?

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Pelos PROS, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pelo PROS, por favor, Ronaldo.

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Sr. Presidente, confesso a V.Exas. que eu não estou entendendo direito a polêmica que está tendo aqui, não. Estou lendo, já reli isso aqui várias vezes e até parece que quem está a favor do texto do Senado está votando algo discriminatório aqui, gente. *(Manifestação na plateia.)*

Não estou entendendo. Vocês não sabem ler, não? Pelo amor de Deus, olhem o que está escrito aqui, gente! Olhem o que está escrito!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, nós estamos em momento de encaminhamento e não de debate. Por favor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Estou encaminhando o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Eu sei, eu estou falando para os outros.



**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Meu Deus do céu, eu já li isso aqui acho que mil vezes. Está aqui: promoção da cidadania e erradicação de todas, todas, todas, todas, todas as formas de discriminação, gente. *(Manifestação na plateia.)* Estão armando uma estratégia: quem votar com o texto do Senado é um voto religioso. Pelo amor de Deus, gente! Estão achando que todo mundo aqui é burro? *(Manifestação na plateia.)* Estão achando que todo mundo aqui não tem inteligência? Pelo amor de Deus! *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Conclua, Deputado, por favor. Já passou 1 minuto e quero que V.Exa. conclua.

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Sr. Presidente, estou encaminhando. Vou encaminhar o voto, mas estão me interrompendo.

Vejam, aqui está escrito, minha gente: todas as formas de discriminação. Portanto, aqui está o de gênero, de orientação sexual, de religião, de raça, todos.

Portanto, o PROS orienta o voto pelo destaque. "Sim" ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não. *(Manifestação na plateia.)* Por favor, vamos ao processo de votação. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN** - PV/PPS, para orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - PV/PPS, Deputado Stepan Nercessian.

**O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN** - Sr. Presidente, em respeito a todos os católicos deste País, em respeito a toda família evangélica deste País, em respeito aos militares deste País, o Bloco PV/PPS vota com o Relator. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos ao processo de votação.

Os Srs. Deputados favoráveis à aprovação do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, repita, por favor. Pergunte de novo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, em processo de votação.



**(Não identificado)** - Sr. Presidente, explique como é que vai ser a votação: quem é a favor e quem é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Em processo de votação — com calma, gente, nós vamos votar. Trata-se de destaque para votação, em separado, do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, para a sua aprovação e consequente alteração no parecer do Relator.

Quem votar a favor deste momento agora estará votando com o destaque do Deputado Izalci e contra o relatório.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, quem se manifestar vai estar votando pelo destaque. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não. Quem for a favor... A votação... Por favor. Deixem-me encaminhar. Naturalmente, todas as vezes em que nós votamos algo aqui nós fazemos um tradicional: “*Quem for a favor permaneça como se encontra*”. Nesse sentido, quem for a favor e permanecer como estiver estará votando a favor do destaque do Deputado Izalci e de outros que aqui já nomeiei.

Portanto, ao processo de votação.

Os Srs. Deputados favoráveis à aprovação do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11... Podem baixar a mão. *(Pausa.)*

Está aprovado. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Presidente, nominal, verificação nominal.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nominal, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Presidente, votação nominal.. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, Deputado Lelo. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Votação nominal. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, questão de ordem. *(Manifestação na plateia.)*



**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Votação nominal. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Votação nominal. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Presidente, como Vice-Líder eu peço votação nominal. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Deputado Lelo, peço a palavra para uma questão de ordem. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, o Deputado...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pode ser nominal? Nominal?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É outra coisa. Sr. Presidente, questão de ordem. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, por favor. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Como Vice-Líder, eu peço votação nominal.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, tem seis microfones abertos aí.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Artur Bruno pede verificação nominal.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Questão de ordem. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor. Nós vamos concluir esta votação. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Izalci. Por favor. Está difícil. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, o Destaque nº 5 trata do mesmo assunto, que é aprovar a estratégia "3.13".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não, não trata.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É o mesmo assunto, é a meta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - É outro assunto.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, é o mesmo: gênero.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - É outro assunto.

É destaque por destaque. *(Manifestação na plateia.)* Por favor, por favor! *(Manifestação na plateia.)*

O Deputado Artur Bruno solicita votação nominal.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ah! É intempestivo, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - É intempestivo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É intempestivo, Sr. Presidente, já foi anunciado. Já foi anunciado. *(Tumulto.)*

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, o interstício. O interstício não ocorreu. *(Tumulto em plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, por favor!

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Presidente, não tem jeito. Já foi anunciado o resultado.

**(Não identificado)** - Não, mas independente... Não tem interstício, ele não pode. *(Tumulto em plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor!

**(Não identificado)** - Ele não pode...

**(Não identificado)** - Art. 185, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - O resultado, de fato, havia sido anunciado.

**(Não identificado)** - Já foi anunciado.

**(Não identificado)** - Não tinha, não.

**(Não identificado)** - Art. 185...

**(Não identificado)** - O interstício não ocorreu; o interstício para uma nova nominal, Presidente. Não ocorreu o interstício.



**(Não identificado)** - Sr. Presidente, libere o som.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, V.Exa. já proclamou o resultado. Presidente. (*Tumulto em plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não existe interstício para o processo nominal.

**(Não identificado)** - Não existe interstício, pronto, para o processo nominal. Tchau!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Aqui, o que está em discussão é o seguinte: nós temos 26 Deputadas e Deputados presentes; 11 votaram a favor do texto do relatório. Após anunciado, o Deputado Bruno pediu verificação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Intempestivamente. A que horas que ele pediu?

**(Não identificado)** - Não tem interstício, Sr. Presidente. Não transcorreu uma hora para a nova nominal.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Quantos Presidentes têm na Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor.

**(Não identificado)** - Intempestivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. está aqui a quantas sessões?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - É porque eu estou vendo muitos falando aí. V.Exa. é o Presidente. Tem outros falando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não, não. Aí, não, Eurico. Aí, não Eurico. V.Exa. pode brigar com quem quiser, mas comigo, não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Porque tem outros falando aí, Presidente. Aí depende do senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não, não. Assim, não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - O senhor está falando e tem outro falando aí, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Eu estou fazendo um esforço de encaminhamento, estou fazendo um esforço de condução numa votação que é polêmica. Então, eu peço que V.Exas. ajudem a votá-la. Senão, nós vamos



interrompê-la daqui a pouco, porque começará a Ordem do Dia. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Presidente.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, art. 185 § 5º.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, estou pedindo uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Já votou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - O processo nem terminou ainda, Sr. Presidente, nem abstenção houve.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, intempestivo. Sr. Presidente, intempestivo.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Não. Não houve ainda nem abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Portanto, votação nominal. Não foi concluída.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não. A votação foi feita.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - E foi claro o resultado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - A votação foi feita, foi claro o resultado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O pedido de manifestação, de votação nominal foi após a declaração da votação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Intempestivo, intempestivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Este foi o fato ocorrido aqui nesta Mesa.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**(Não identificado)** - E não foi imediato.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Portanto, é intempestivo, Deputado Bruno. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu quero levantar uma questão de ordem.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Quantas abstenções, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, V.Exa. chamou quem era a favor do texto... Peça silêncio, Sr. Presidente, para a gente poder dirimir essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa. chamou quem era a favor do texto do Relator.

**(Não identificado)** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Foi. Porque votou primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não. A votação encaminhada foi: *“Quem se manifestar a favor do destaque conforme o descrito permaneçam como estão”*. Onze levantaram os braços, dos 26 presentes. Foi o que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, Sr. Presidente, mas quando V.Exa. pergunta é possível que quem ficou sem levantar o braço pode se abster, pode se abster, pode-se abster. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Não, Presidente, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E a votação nominal não é intempestiva. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - A manifestação é intempestiva. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, encerre essa questão. *(Manifestação na plateia.)*



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A votação não é intempestiva.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Encerre, Presidente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Matéria vencida. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Considero a votação encerrada para esse item. *(Manifestação na plateia.)*

Aprovado o destaque do Deputado Izalci. *(Manifestação na plateia.)*

Votação dos requerimentos dos destaques simples.

Vamos continuar a reunião. Vamos continuar a reunião.

Preliminarmente, votação dos requerimentos de destaques simples. Preliminarmente votar-se-á a admissibilidade do Requerimento de Destaque nº 11. Se aprovada, passar-se-á à votação da matéria destacada.

Procedimento sujeito ao encaminhamento de votação para orientar as bancadas.

Processo de votação.

Os Deputados que aprovam a admissibilidade do Destaque nº 11 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Nós vamos, agora, votar o Destaque nº 11.

O Destaque nº 11 é de autoria da Professora Dorinha Seabra Rezende.

O destaque diz o seguinte: *“Requeremos no texto do art. 161, do Regimento Interno, destaque para a votação do caput, art. 4º, do PL 8.035, de 2010, do substitutivo do Senado e do parecer apresentado pelo Relator, com o objetivo de rejeitá-lo e restabelecer o correspondente art. 4º do PL 8.035, de 2010, do texto aprovado na Câmara.”*

Com a palavra, para encaminhamento, a Deputada Professora Dorinha Seabra, por 5 minutos.

Eu lembro que o destaque simples, que o destaque individual, ele primeiro precisa ser admitido... *(Manifestação na plateia.)*

Por favor. A votação continua, a votação prossegue. Eu peço ao Plenário que está acompanhando que, por favor, fique em silêncio.

Nós estamos neste momento numa votação. Já passamos adiante. Nós estamos, no momento, na apreciação de um destaque individual.



Como é que se processa esse encaminhamento? A Professora Dorinha Seabra, que é a autora desse destaque, vai lê-lo, e depois o Plenário aqui presente vai admiti-lo ou não. Em admitindo, ele será votado, a favor ou contra.

Então, com a palavra, para fazer a sua manifestação, a Professora Dorinha Seabra, quanto ao Destaque nº 11 para fins de admissibilidade por este Plenário. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, Professora Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Não tem jeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Eu preciso de silêncio para continuar o trabalho. *(Manifestação na plateia.)*

Eu, durante todas as vezes que presidi, em nenhum momento eu usei medida outra que não fosse do convencimento. E eu não gostaria de usar outra medida: que continuasse sendo o convencimento.

Por favor, com a palavra a Professora Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Sr. Presidente, Sr. Relator, na verdade, é uma proposta. Eu gostaria de retomar o texto da Câmara, rejeitando o art. 4º do Senado Federal.

O art. 4º estabelece o seguinte: *“As metas previstas no anexo desta lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD —, o Censo Demográfico, os Censos Nacionais da Educação Básica e Superior, mais atualizados e disponíveis na publicação da data.*

Foram introduzidos pelo Senado, além desses dados disponíveis e vinculados à educação, os balanços do setor público nacional e as contas nacionais mais atualizadas.

Na verdade, eu gostaria de retomar o texto da Câmara, entendendo que esses balanços nacionais e as contas não teriam ligação com o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

Por isso eu gostaria de retomar o texto da Câmara em que nós trabalhamos com os dados da PNAD, do IBGE, os dados do INEP, os censos específicos da Educação Básica e Superior.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ângelo Agnolin.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Sras. e Srs. Deputados, na realidade, nós acolhemos a sugestão do Senado por entendermos que traria uma informação a mais. Mas nós não temos nenhuma dificuldade em aceitar, em acolher o texto que já foi votado na Câmara dos Deputados de forma consensual. Vamos acolher a sugestão da Deputada Dorinha e reincorporar a proposição da Câmara dos Deputados, mantendo o texto original.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Portanto, eu queria pedir às Sras. e aos Srs. Deputados que prestassem atenção. Eu vou colocar em votação a admissibilidade da proposta, com base no parecer — depois nós vamos votar o mérito — do Relator e nas observações da Professora Dorinha. Houve acolhimento por parte do Relator.

Quem for a favor da admissibilidade desta matéria para votá-la como destaque em separado, por favor, permaneça como se acha. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Passamos agora ao mérito.

Nós temos dois inscritos para falar favor e dois para falar contra.

Quem quer falar a favor?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Eurico.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Respeito V.Exa. Acho que houve um mal-entendido quando eu perguntei quem era o Presidente da Mesa. É que V.Exa. estava conduzindo muito bem os trabalhos, e havia outro companheiro ali respondendo por V.Exa. Por isso eu questionei. V.Exa. tem conduzido muito bem os trabalhos. Tenho respeito por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não registrarei em ata; registrarei no nosso ambiente. Obrigado, Eurico.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sobre a proposta da Deputada Dorinha, na medida em que foi acatada pelo Relator, acho que caberia consultar o Plenário se alguém mantém a proposta do texto do Senado. Não precisaria votá-la. Esse é o encaminhamento que eu faço. Se alguém mantém o texto do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não! Regimentalmente, é preciso votar. Mesmo que ninguém fale, mas vote. É preciso votar.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Eu quero falar a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Nós votamos a admissibilidade...

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Eu quero falar a favor.

**O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN** - Sr. Presidente, vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O Dr. Ubiali pediu a palavra.  
(*Manifestações na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, por favor.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Eu quero dizer que o texto que veio do Senado cria um complicador desnecessário. Por isso, o destaque da Professora Dorinha procede, acho que simplifica e não traz para o texto do PNE alguma coisa que não acrescenta nada e somente complica. Por isso eu sou a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Encaminhamento da Mesa, encaminhamento da Mesa.

Este é um texto consensual entre o autor do destaque e o Relator.

Eu gostaria de consultar as Sras. e os Srs. Deputados: podemos suspender a orientação de Liderança e os encaminhamentos para fazer a votação?

**O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN** - O.k.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - O.k., tranquilo.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Estão todos de acordo?  
(*Pausa.*)

Quem for a favor desse entendimento permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o acolhimento pelo Relator. (*Palmas.*)

E, assim, em votação, permanece como está o texto da Câmara dos Deputados por orientação, por solicitação de destaque da Professora Dorinha.



**(Não identificado)** - Parabéns ao Relator por acatar a sugestão da Professora Dorinha. Isso prova que V.Exa. é...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Pois bem, com essa decisão, em relação ao Destaque nº 11, ficam prejudicados os Destaques nºs 7 e 20... Desculpem-me: ele é avulso.

Agora, vamos o próximo. *(Pausa.)*

Em votação o Destaque nº 3, da bancada do Democratas, que diz:

*“Requeremos, no texto do art. 161, inciso V, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do § 4º do art. 5º constante do parecer apresentado pelo Relator correspondente ao § 5º do art. 5º do substitutivo do Senado Federal, com o objetivo de suprimi-lo.”*

Assinado pela Professora Dorinha.

Este é destaque de bancada.

Portanto, já está aceito, já está admitido: dois para encaminhar a favor e dois para contraditar. Depois, iremos à votação.

Com a palavra a autora, Deputada Dorinha Seabra, por 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Sr. Presidente, em relação ao meu destaque, os Deputados Ivan e Paulo Rubem têm o mesmo texto. Eu estou fazendo a retirada do destaque do Democratas e abro mão para o Deputado Paulo Rubem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não entendi.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Eu estou retirando o Destaque nº 3.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Está retirando? *(Pausa.)*

Então, V.Exas. estão mudando a assinatura. É isso?

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Isso.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Dando preferência...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Então, o encaminhamento do destaque fica por conta do Deputado Paulo Rubem Santiago.

**(Não identificado)** - São idênticos, Sr. Presidente?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor...

**(Não identificado)** - São idênticos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - São idênticos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - São dois encaminhamentos, Sr. Presidente, são dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não. Um prejudica os outros.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não; dois e dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Ah! Dois e dois. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu me inscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, o texto... *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Eu queria comunicar que o... Por favor, Deputado Pastor Eurico e Deputados presentes... Por favor, o que aconteceu...

**O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN** - Sr. Presidente, estão se beijando ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O que aconteceu aqui foi que o destaque da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende é similar ao destaque do Deputado Paulo Rubem Santiago. A Deputada Professora Dorinha abre mão do seu destaque em benefício do destaque do Deputado Paulo Rubem Santiago. A forma de encaminhar é a mesma: dois a favor e dois contra; o Relator se manifesta e, em seguida, há a orientação de bancada.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, Deputado Gastão Vieira.

**O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA** - Sr. Presidente, a cada momento, fica claro que está se tornando impossível aos Parlamentares continuar com esta sessão. Nós estamos votando destaque, o que é algo muito sério e importante. Não se consegue nem ouvir o encaminhamento.



Nós já votamos o texto principal e votamos o destaque mais polêmico, Sr. Presidente. Por favor, se não há condições, suspenda a sessão e marque-a para amanhã ou para a semana que vem, ou então deixem os Deputados fazerem o seu trabalho.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, V.Exa. tem conduzido tão bem os trabalhos, mas o que está acontecendo é um desrespeito a este ambiente. Nós respeitamos as pessoas, mas vejam ali: duas pessoas do mesmo sexo se beijando, afrontando isto aqui. Aquilo é uma falta de respeito.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN** - Mas não era de língua não!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Eu peço silêncio a todos que aqui estão, por favor.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu vou fazer um apelo aos companheiros das entidades estudantis e dos movimentos sociais que vieram dos Estados, para que a gente possa discutir esta matéria agora com a máxima atenção.

Nós vimos aqui, anteriormente, uma votação polêmica, mas eu quero reiterar aqui a preocupação de vários Deputados desta Comissão, porque esta questão que nós vamos votar agora é a questão fundamental para os próximos 10 anos do Plano Nacional de Educação. Nós precisamos da compreensão e da ajuda de vocês na hora em que vamos encaminhar a defesa desta proposição.

A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende encaminhou, inicialmente, pela bancada do DEM; nós encaminhamos um destaque individual, assim como o Deputado Ivan Valente. Sobre o que versam os destaques que nós apresentamos?

Na sessão anterior, eu fiz uma referência a um processo que se consolidou na gestão da saúde no Brasil, com o crescimento das desonerações tributárias em detrimento do aumento do investimento público na saúde. Eu volto a fazer aqui esse alerta. O que aconteceu com a saúde é que o gasto federal diminuiu em relação ao gasto dos Estados e dos Municípios, e o gasto privado cresceu em relação ao gasto



público. O maior alimento do crescimento do gasto privado foi permitir, sem limite, a desoneração do Imposto de Renda dos gastos das pessoas físicas e das famílias com a saúde privada. É bom que isso fique claro aqui.

O crescimento dos gastos privados suplantou o crescimento do gasto público em saúde. No gasto público, reduziu-se o gasto federal e aumentou-se o gasto dos Estados e Municípios. Esse processo foi investigado por órgãos oficiais como o IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e por instituições como a Fundação Oswaldo Cruz e está publicado inclusive na tese de Doutorado da Profa. Denise Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Qual é a transposição que nós estamos fazendo para o texto do PNE? Eu quero aqui fazer um alerta para as Sras. e os Srs. Deputados. Na semana passada, nós votamos a Medida Provisória nº 627 — e várias foram as emendas para que fossem desonerados do Imposto de Renda os gastos privados integrais sem limite com a educação. O mesmo sistema que foi implantado na saúde tentam implantar na educação.

Nós reconhecemos que o Governo Federal, por meio de uma tríplice iniciativa, fez com que se expandisse o acesso à educação superior, com a expansão pública das universidades federais e com o aumento das desonerações favoráveis ao PROUNI — Programa Universidade para Todos, para o qual este ano estão estimados 604 milhões de reais na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas o maior gasto público, o maior dispêndio público se deu na abertura das torneiras para o FIES — Fundo de Financiamento Estudantil, que, em 2012, contabilizou 4,3 bilhões de reais de origem pública para a iniciativa privada. É literalmente o mesmo processo que ocorreu com a privatização da saúde. Então, a nossa emenda, o nosso destaque, é para que nós mantenhamos o texto da Câmara.

Quais são os impactos? Para os programas que já estão sob a proteção do Governo Federal não há impacto algum; não haverá suspensão do PROUNI; não haverá encerramento do FIES. O que já está contratado permanece. O que nós vamos estabelecer é que o recurso público, daqui por diante, não vai alimentar uma cobra de duas cabeças: dinheiro público e a expansão do setor privado financiado pelo dinheiro público. Isso é inadmissível.



Sr. Presidente, a última questão que eu quero compartilhar aqui é que eu passei ao Deputado Ivan Valente um texto do Prof. Pedro Paulo Bastos, da Universidade de Campinas, que investigou a expansão privada internacional na educação brasileira e investigou especialmente as últimas intervenções dos grupos financeiros internacionais comprando — comprando — universidades privadas que tinham aberto o seu controle de capital na Bolsa de Valores. O que nos alerta o Prof. Pedro Paulo Bastos, do Departamento de Economia da UNICAMP? Os fundos financeiros internacionais estão comprando as universidades privadas. Os senhores sabem qual é o instrumento de expansão das vagas privadas nas universidades compradas por fundos financeiros internacionais? É o FIES. Vejam que contradição! Financia-se a educação superior, sob o controle de fundos internacionais, e quem financia a expansão de vagas é o FIES, que é dinheiro público.

Então, nós queremos aqui fazer um apelo a todos aqueles que estão conosco nesta discussão pela supremacia do investimento público na educação pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - O PROUNI, o FIES, as desonerações tributárias que hoje financiam a participação das instituições privadas no PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego são mecanismos complementares. Se nós não estabelecermos a supremacia, a prioridade e a exclusividade do investimento público de 10% do PIB para a educação pública, vamos vender gato por lebre, porque, daqui a 10 anos, os 10% do PIB serão 7% ou menos do que 7% para a educação pública e o restante terá sido transferido para financiar a educação privada. Essa é uma contradição. Nós queremos a manutenção do texto da Câmara.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Para encaminhamento, nós temos duas manifestações a favor e duas contras. O Deputado Dr. Ubiali se manifesta para usar o tempo do contraditório. Há um a favor e, então, só vai caber mais um a favor. *(Pausa.)* Os Deputados Gastão Vieira e Dr. Ubiali encaminharão contra. *(Manifestação na plateia.)*



Por favor, vão encaminhar contra esse destaque os Deputados Dr. Ubiali e Gastão Vieira. Para encaminhar a favor, nós temos o Deputado Paulo Rubem Santiago e os Deputados Ivan Valente e Artur Bruno. Um dos dois vai ter que abrir mão. *(Pausa.)*

Então, Deputado Dr. Ubiali, V.Exa. está prejudicado. Ficam os Deputados Artur Bruno e Gastão Vieira, que tinham solicitado anteriormente.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, mas não é o autor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, os dois vão falar contra?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, antes de falar, eu só queria fazer a ponderação de que se faça alternadamente. Como o Deputado Paulo Rubem Santiago acabou de defender, falaria agora alguém que seja contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - O.k. Com a palavra o Deputado Artur Bruno e, em seguida, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Gastão Vieira.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Presidente, eu gostaria da atenção dos colegas Parlamentares, porque nós estamos aqui fazendo uma falsa discussão. A sociedade brasileira, as conferências de educação, as entidades aqui representadas e todos nós conquistamos a Meta 20. Eu vou fazer questão de lê-la, porque alguns a estão esquecendo a Meta 20, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados. O Relator retornou ao texto anterior, que, portanto, é diferente daquele do Senado. O que diz a Meta 20? Claramente, ela diz assim: *“Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (...) no quinto ano (...) e (...) 10% ao final do decênio”*. Vou repetir: 10% de investimento público na escola pública. Essa é uma conquista da sociedade brasileira, que o Relator fez questão de fazer retornar ao texto anterior. Portanto, não há dúvida: 10% de investimento público na escola pública é o que nós vamos aprovar com o texto do Relator. *(Palmas.)*

Não há dúvida, não há dúvida, foi o Senado que mudou... Nós retornamos ao texto anterior, da Câmara.



O que o § 5º do art. 5º corretamente está mantendo é o seguinte: a Constituição Federal, que é a Lei Maior, define claramente que situações nós podemos considerar investimento público, mesmo que não seja na escola pública — claramente! PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, PROUNI — Programa Universidade para Todos, Ciência sem Fronteiras são ou não financiados com recursos públicos? São programas que a sociedade brasileira comemora, porque têm dado uma grande contribuição à sociedade. Os convênios com escolas especiais, meu caro Deputado Eduardo, que não são públicas, mas que têm uma importância pública enorme, porque muitas vezes o Estado não tem condições, sozinho, de oferecer vagas nas escolas públicas... Isso é ou não investimento público? Claro que é, mas é preciso entender que, mantendo-se o art. 5º, definindo-se claramente que todos esses investimentos são públicos, em prol da sociedade brasileira, não se está dizendo que isso é na educação pública. É investimento público, sim, porque é recurso público, mas não é na escola pública.

Portanto, manter o § 5º é fundamental. Como é que nós vamos ter garantia legal para manter esses programas tão importantes hoje para a sociedade brasileira? E não há nenhum prejuízo, porque esse investimento que o § 5º determina não é na escola pública. Portanto, todo esse investimento será acrescido aos 10% de investimento público na escola pública, já garantidos pela Meta 10. É um acréscimo que nós vamos ter, e é decisivo que se tenha, porque nós não temos, como Estado, condições de abarcar todas essas necessidades educacionais apenas na escola pública.

Será um grande prejuízo se nós retirarmos o § 5º, porque nós não teríamos a definição, a garantia legal de fazer PROUNI, PRONATEC, convênios com escolas especiais. Não pode alguém questionar que isso não é investimento público.

Nós estamos mantendo isso, portanto, corretamente, Relator. Ao manter esse § 5º, V.Exa. dá uma garantia legal de que os programas devem continuar e devem até ser acrescidos. E isso não trará nenhum prejuízo, porque não é investimento em escola pública; será acréscimo. A Meta 20 é clara. Ninguém derruba mais a Meta 20, que é investimento público em escola pública, e tudo que será feito por meio de convênio será acréscimo, será a mais.



Portanto, peço a todos que aproveemos e demos a garantia legal da continuidade desses programas fundamentais para a educação brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente e, em seguida, o Deputado Gastão Vieira.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, quero fazer só uma consulta a V.Exa. — sou o Deputado Paulo Rubem —, um esclarecimento, porque eu ouvi o Deputado Artur Bruno referir-se ao texto feito pelo Relator, mas ele faz referência ao texto, e o que está escrito sobre a fala do Deputado Artur Bruno é o texto do Senado, quando ele diz aqui, olha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não, aí nós vamos entrar em outra...

Vamos deixar que as outras duas manifestações resolvam essa dúvida. Se não resolverem, dirimida ela estará com nosso Relator.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por favor.

Das dúvidas que remanescerem, ao final, antes da votação, nós cuidaremos.

Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu queria pedir ao Deputado Artur Bruno...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, Deputado Artur e Deputado Rubem.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria pedir... Eu acho que este debate, Presidente, talvez seja o mais importante do PNE. E eu queria até pedir silêncio a todos que estiveram defendendo seus pontos de vista, de ambos os lados, para que a gente pudesse neste momento fazer uma grande reflexão.

Presidente, eu quero mostrar a tabela. No parecer original do Relator Deputado Angelo Vanhoni, Deputado Artur Bruno, não existe — é branco aqui — referência a essa questão. Não existe, não existe! Não, a Meta 20 prevalece... Essa é a contradição do texto. Lá na Meta 20 diz que se vão atingir os 10% do PIB, do gasto público, para escola pública. Só que ele é contraditório com o que está escrito aqui neste texto do Senado. E é isso que eu quero dizer: existe uma contradição no texto, que pode ser inclusive questionado constitucionalmente no Supremo Tribunal Federal.



Prestem atenção! Deputado Artur Bruno, eu conheço a dedicação de V.Exa. e quero dizer claramente o seguinte. Nós não podemos, sob pena de tergiversar aos interesses da educação pública, sob pena de frustrar os professores da rede pública nacional — nacional, rede pública —, dizer que 10% do PIB é verba pública para educação pública com isso que está aqui, permitindo que recursos públicos sejam transferidos para a iniciativa privada. É um erro gravíssimo! Isso é tergiversar a verdade.

Eu quero dizer, Presidente, se há verba para o PROUNI, se se quer continuar com o PROUNI... E não é verdade que, se sumir isso aqui no texto, serão revogados o PROUNI ou o FIES ou os acordos filantrópicos! Não revoga nada! O que nós estamos dizendo é que o Governo vai gastar 10% do PIB com a educação pública, com o setor público. Verba pública para o setor público! É isso que nós estamos defendendo aqui! (*Palmas.*) Não revoga nada! Não revoga FIES; não revoga PROUNI; não revoga nada. Embora isso seja um estímulo ao setor privado.

Como o Paulo Rubem já disse aqui: nós temos 150 milhões de brasileiros que usam o SUS e 50 milhões que usam o setor privado. No entanto, o gasto público com o setor privado é maior do que o com o setor público. É o que está acontecendo agora. Quem salvou as escolas privadas da inadimplência foi o PROUNI. Quem mantém sempre para frente o FIES é o Tesouro Nacional: 4,3 bilhões. Nós queremos que todos os estudantes estudem na escola pública; nós queremos um piso salarial nacional decente; nós queremos recursos do FUNDEB para equalizar a escola pública.

Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que não dá para dizer — não é verdade, entende? — que é possível compatibilizar os dois textos. Podem continuar financiando o PROUNI, se o Governo quiser, o FIES também. Mas aqui se trata de um compromisso esperado por todos os jovens brasileiros, que é garantir educação pública para o setor público de qualidade e com qualidade, com no mínimo 10% do PIB. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Feita essa vazão para outros setores, nós não teremos nem 8% do PIB. Então, nós não podemos enganar a sociedade, os educadores, os estudantes e os pais. Nós precisamos ter uma educação pública,



gratuita, laica e de qualidade. Por isso, eu estou pedindo o voto de todos os Deputados presentes. Esse é um salto de qualidade para a educação brasileira. São mais 10 anos. Eu estou falando de 10 anos! Não é no dia seguinte que será destinado 10% do PIB, tanto que o Plano fala em 7% até 2016, 2017.

Então, peço o voto para esta proposta, porque ela representa os anseios do movimento organizado dos educadores brasileiros desde 1996. Vamos votar 10% do PIB agora nesta emenda! Muito obrigado, Presidente. *(Palmas. O orador é cumprimentado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Gastão Vieira.

**O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA** - Sr. Presidente, é muito bom quando voltamos ao debate das questões educacionais e não ficamos discutindo, eventualmente, coisas que não têm tanta importância para a educação brasileira.

Mas essa questão trazida pelo Deputado Paulo Rubem é fundamental. Eu quero discuti-la do ponto de vista político. O que agrada mais aos nossos Governos dos últimos 10 anos do que demonstrar as estatísticas do FIES e do PROUNI? Um milhão de alunos no FIES.

Nós que conhecemos o Crédito Educativo, nós que aprovamos o FIES nesta Casa, nós que aprovamos o PROUNI, sob as vaias de que estávamos tirando o dinheiro do ensino superior público e transferindo para o privado, dizemos: 70% das matrículas do ensino superior brasileiro estão nas instituições privadas.

Sem elas, milhões de brasileiros não teriam acesso à escola; não fariam o ENEM, valendo por cem vestibulares; ficariam esperando a lentidão da universidade pública. Para aprovar o REUNI — Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi preciso que fosse feita muita força, porque nem o REUNI queriam aprovar.

Onde estariam esses estudantes brasileiros, se não fosse o financiamento do FIES? Nós estamos transferindo dinheiro para iniciativa privada? Tudo bem, acabemos hoje e vamos dar um prazo de 5 anos para a instituição pública absorver esses alunos. Eu aposto que isso não vai acontecer!

Sr. Presidente, nós também sabemos que, se tirarem esse § 5º, daqui a 1 mês a equipe econômica dará um fim no FIES e dará um fim no PROUNI. Nós



estamos acostumados com essa história. Se não tem contradição ou tem, com diz o Deputado Ivan Valente, é muito melhor nós mantermos aquilo que é uma conquista dos governos para os jovens deste País. É isso que nós estamos defendendo.

No primeiro texto, Vanhoni não colocou. No segundo, ele colocou. Eu fico com o segundo texto do Vanhoni, porque essa é uma garantia que nós temos de que programas tão importantes não vão acabar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Relator, para uma consideração final. Em seguida, orientação de Liderança.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - O texto é oriundo do Senado, e nós o mantivemos. E mantivemos por que, Deputado Ivan Valente? Primeiro, porque os 10% para a escola pública estão garantidos. A obrigatoriedade de ensino dos 4 anos de idade até os 17 anos de idade se dá por meio de uma emenda constitucional votada por V.Exa. e pela maioria dos Deputados aqui, em 2009.

Isso é dinheiro público para escola pública, da pré-escola até o término do ensino médio. Mais de 40 milhões de jovens brasileiros terão até 2016 para serem acolhidos pelo Estado brasileiro com dinheiro público e 50% das crianças de zero a 3 anos, que são as crianças da educação infantil, que nós consideramos creche.

Mais ainda: o que nós estamos discutindo, com o artigo a que fazem referência V.Exa. e o Deputado Paulo Rubem... Eu acho que não interpretam bem o artigo, porque falam do FIES. Para o FIES, no ano passado, Deputado Ubiali, foram 4,5 bilhões de reais. Está certo o Deputado Ivan Valente. Para este ano, estão previstos 7 bilhões, Deputado Jair Bolsonaro.

Mas de que medida? É financiamento para jovem de família que não tem renda que passa num vestibular, que passa numa universidade, numa faculdade particular, porque o Brasil até hoje não conseguiu garantir matrícula pública e de qualidade em universidade pública para a maioria dos jovens. Para esses que precisam estudar amanhã, o Governo brasileiro faz um financiamento. Não é dinheiro público dado à iniciativa privada, é um financiamento.

O PROUNI é uma grande conquista de uma política educacional que incorporou filhos de famílias de baixa renda, dos pobres do nosso País, que ganham até 3 salários mínimos: 1 milhão e 100 mil jovens fazendo curso superior, filhos de trabalhadores.



Pergunto ao Deputado Ivan Valente e ao Deputado Paulo Rubem: eles querem que esses jovens, filhos dos trabalhadores, continuem recebendo essas isenções, essa política que vai de encontro aos interesses da maioria dos nossos jovens que não têm conhecimento, ou querem que esse programa seja suspenso? É claro que não querem que seja suspenso, mas argumentam sobre sua interpretação de que os 10% que nós estamos aprovando para a escola pública brasileira, para todo o sistema educacional brasileiro, na verba pública, está em risco, quando nós estamos aqui discriminando de uma forma positiva a questão do PROUNI e do FIES.

É uma argumentação falha, não nos convence. Por isso, peço aos Srs. Deputados que aprovem o texto do Senado, mantido por este Relator, porque faz com que a educação brasileira avance. O texto é claro do ponto de vista da escola pública, e estão aqui os representantes da UNE, nós aprovamos uma trava positiva no que diz respeito à verba pública para o ensino superior.

Sabem quantos estudantes nós vamos incorporar por ano no ensino superior, aprovando os 10% da educação? Perto de 300 mil jovens por ano até 2024. Sabem quantos jovens nós incorporamos na escola pública de nível superior nos últimos 12 anos? Foram 200 mil.

Nós estamos aprovando aqui, Deputado Ivan Valente, 300 mil por ano. Vamos fazer em 1 ano o que foi feito em 10 anos. E o senhor acha que nós ainda não estamos direcionando dinheiro para a escola pública com essa proposta que estamos defendendo? O senhor está enganado, não leu direito, não compreendeu a essência do projeto e do artigo que estamos mantendo, que o Senado mandou para a Câmara.

Por isso, Srs. Deputados, peço o voto dos senhores para manter esse artigo, que é importante para a Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Para orientação de bancada...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Não, aqui não tem encaminhamento como Líder, não, Deputado.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Agora é orientação de bancada, com 1 minuto para cada um dos que usarem a palavra.

Com a palavra o PSOL.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu queria mais uma vez dizer ao Deputado Angelo Vanhoni, com todo o respeito, que ele não pode, não deve, para ser julgado pela história, dizer que o dinheiro do PROUNI não está indo para o setor privado. Ele está indo para o setor privado. Segundo, o FIES também, porque isso é quase um fundo perdido. Há sempre o REFIS do REFIS do FIES. Terceiro, 85% do PRONATEC é privado. E assim por diante, mas o mais importante não é nem isso.

V.Exa. podia ter a sinceridade de dizer o seguinte: eu quero dar 10% só para a escola pública. E acho justo que também continuem dando dinheiro para o PROUNI, para manter os estudantes mais carentes nas escolas particulares, para financiar o FIES. Mas aí não serão esses 10%; serão mais, serão 12%, 13%. Esta é que é a verdade que precisa ser dita para a sociedade. Não é verdade que V.Exa. está dando 10% de verba pública para o ensino público. Não vamos enganar os professores com o piso salarial, nem dizendo que a qualidade da educação vai mudar desse jeito, Deputado Angelo Vanhoni. Está errado.

A nossa reivindicação histórica desde 1996 é a de 10% do PIB para a educação pública. Podem fazer o que quiser, nós não estamos revogando nada, nenhuma transferência do setor privado, nós estamos votando o PNE. São 10% do PIB para a educação pública. *(Palmas.)* Esse é o compromisso inclusive das entidades estudantis, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e de todos aqueles que lutaram pela educação pública, gratuita e de qualidade neste País.

Não dá para... *(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como encaminha o PROS?

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou entendendo que o destaque que nós estamos debatendo não é ruim, não, é bom. Ora, se nós preservamos 10% do PIB para a educação pública, não é ruim, não. Que se busquem mais investimentos para o setor privado.



O problema é que não basta nós escrevermos aqui. Isso é uma utopia. Vejam bem, o sistema educacional hoje está abrindo as portas, como já disse bem o Relator, para jovens que — se fosse apenas para o setor público — jamais estariam cursando uma universidade. Por quê? É óbvio que se nós pudéssemos aplicar 10% fechado do PIB para a educação pública, dez, cem, mil, seria muito bom. Agora, eu entendo que a proposta do Relator, que é manter o voto do Senado, é mais coerente neste momento, embora não seja incoerente a proposta de vocês, embora o destaque seja louvável, mas com inteligência eu acho que nós temos que votar com a proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota do PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PV/PPS?

**O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN** - Com o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, eu vou fazer um apelo ao Relator para ler comigo o texto do Senado, porque eu nunca defendi uma posição nesta Casa, desconstituindo de forma sofismática os argumentos alheios. E o que houve aqui foi uma brutal manipulação do que é o destaque, do que é o texto do Senado. É uma vergonha se dizer que o destaque que nós apresentamos vai criar as bases para que amanhã se acabe o FIES e o PROUNI. Isso é uma apelação descabida. Isso desqualifica o enfrentamento das posições divergentes.

O apelo que eu faço ao Relator é que ele leia comigo, porque o texto que ele tem é o mesmo meu.

§ 5º. O investimento público em educação a que se refere o art. 214, inciso VI, da Constituição Federal, e a Meta 20 do anexo desta lei, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212, bem como — aqui deve ter Deputado professor de



Língua Portuguesa, se tiver, nos ajude — os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional.

O que nós estamos propondo, Deputado, é o que hoje é despendido — a conta PROUNI, FIES e PRONATEC — continue com outras rubricas. O PROUNI é renúncia fiscal. Sabe quem é que presta conta do PROUNI? Não é o Orçamento do MEC, é o Orçamento da Receita Federal: Gastos Tributários Indiretos. Então, é uma mentira! É uma vergonha se contestar aqui o nosso destaque, dizendo que nós queremos acabar com o PROUNI. O que tem que se fazer é o que já deve ser feito. O que é concedido de benefício fiscal para o PROUNI vai para a rubrica GTI da Receita Federal — Gasto Tributário Indireto. O que é concedido através do FIES vai para a conta financeira, ou Caixa Econômica, ou BNDES, ou Banco do Brasil. Sai do Orçamento Geral da União para educação. É isso que nós queremos. Agora, quem não quer isso, quer continuar acendendo uma vela a Deus e outra a Satanás, quer continuar dando dinheiro público para universidade pública... Veja, Sr. Relator, V.Exa. faltou com a clareza. V.Exa. diz que não tem como expandir a universidade pública, então vamos dar dinheiro para o FIES. Claro, quanto mais dinheiro se der para o FIES, menos nós vamos expandir exclusivamente recursos para a universidade pública. *(Palmas.)*

Eu concluo, Sr. Presidente, eu vou concluir lendo aqui o que disse o porta-voz, o controlador de um dos maiores fundos financeiros, instituído em 2003: poderíamos desinvestir, até pensamos nisso, entramos na Anhanguera, em 2003, com 9 mil alunos, hoje são mais de 440 mil. Até onde mais podemos crescer? Veio o ensino a distância, que deu um fôlego a mais para permanecer na empresa, onde enxergamos ser possível melhorar a qualidade.

Parágrafo anterior do Prof. Pedro Paulo Bastos diz muito bem: quem é que está financiando a expansão privada na educação superior, com a redução de custo e o aumento da taxa de retorno? É o FIES. Eu não quero registrar para a história que o Relator do Partido dos Trabalhadores, de Florestan Fernandes, de Paulo Freire e de tantos que defenderam a educação pública com investimento público, dê seu voto aqui e seja acompanhado pela gloriosa bancada do PT, permitindo dinheiro público para expansão do financiamento privado! *(Palmas.)* É uma contradição com a história!



Eu quero aqui rebater categoricamente, porque nunca fiz isso com nenhum Deputado opositor. Eu não manipulo as informações contrárias. Não é verdade que nós queremos aqui criar bases jurídicas e legais para amanhã acabar o PROUNI e o FIES. É mentira! Quem está dizendo isso, está faltando com a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - O que nós queremos é 10% de investimentos públicos, porque hoje o FIES é 4% e vai para 7%. Como foi a renúncia fiscal da saúde: 15 bilhões, 49% para plano de saúde.

Eu não quero ver isso no meu País. A educação superior: 80% privada. E dos 80%, 90% estão nas mãos dos fundos financeiros internacionais. Não é isso que nós queremos, e nós pedimos o voto “sim” ao nosso destaque.

*(Manifestação da plateia: eu pago — não deveria. educação não é demagogia!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lelo Coimbra) - Iniciada a Ordem do Dia; ficam prejudicados os nossos trabalhos.

Nós temos duas opções: ou voltamos ao término dela, que eu acho que é muito pior ou retornamos amanhã, às 2h30min. Se todos concordarem, concluo esta reunião, dando por encerrada e convoco todos para amanhã, às 2h30min, concluirmos as votações dos destaques do PNE.

Está encerrada a presente sessão.